

## MP da Eletrobras mostra que governo perdeu controle do setor elétrico<sup>(1)</sup>

Anne Warth  
Elena Landau

A aprovação da Medida Provisória que permite a privatização da Eletrobras, repleta de 'jabutis', mostra que o governo perdeu o controle do setor elétrico, disse a economista e sócia do escritório de advocacia Sergio Bermudes, Elena Landau. Para Landau, que coordenou o programa de privatizações no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, a MP mostra que as relações entre os poderes atingiram nível baixo, e vão piorar. “Perderam completamente o controle do setor elétrico. E vão perder o controle das reformas administrativa e tributária”.

Confira os principais trechos da entrevista.

### **Broadcast: O que a senhora achou do texto da privatização da Eletrobras?**

**Landau:** O melhor seria deixar o texto caducar e fazer uma privatização de verdade, com a seriedade que a Eletrobras, o setor elétrico e a sociedade mereciam. O texto piorou. Perdeu-se o foco, de tal forma que as discussões sobre a privatização, sobre como fazer a oferta pública e a diluição das ações, o poder de mercado da nova empresa, passaram a ser irrelevantes. O cenário era apenas extrair o máximo de recursos possíveis para atender currais eleitorais. Foi o que vimos no Orçamento, em que não houve discussão de interesses nacionais. Elmar Nascimento (DEM-BA), relator da Câmara, foi esperto ao tirar completamente o foco da privatização. Cada um tentou salvar seu setor e ninguém discutiu qualidade. Discutiu-se subsídio e térmicas a carvão, navegação de rios, revitalização de bacias, indenização para o Piauí, algo gravíssimo, que não existe e que abrirá um precedente para todos os Estados que privatizaram suas distribuidoras em troca de renegociação das dívidas com a União.

### **Broadcast: Esse cenário foi uma surpresa?**

**Landau:** Não. Quando o governo envia ao Congresso uma proposta com tantos detalhes, era de se esperar que os parlamentares colocariam seus interesses em cada um dos itens. O governo tinha que trabalhar diariamente para defender seus objetivos, mas foi injúria em cima de infâmia. A MP já saiu com concessões para os presidentes da Câmara e do Senado. Por que o interesse do senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) é mais relevante que o de parlamentares do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Piauí? Não é. Quando você concede para um, tem de estar preparado para conceder para todos. Foi o que aconteceu.

### **Broadcast: Mesmo com os jabutis, o governo avalia que venceu uma batalha que valia a pena. E a senhora?**

**Landau:** Eu já tinha previsto que o governo ia ter que pagar para vender a Eletrobras. Foi o que aconteceu, e os parlamentares disputaram o uso dos R\$ 60 bilhões que serão levantados com a privatização. O Brasil prefere trabalhar fora do Orçamento, fora do teto de gastos. Nem se sabe se a proposta é legal ou para de pé. Passaram a discutir assuntos ultrapassados, como reserva de mercado para gasodutos, uma discussão que voltou porque o governo deixou que voltasse.

### **Broadcast: Quem mais errou nas discussões da privatização da Eletrobras?**

**Landau:** As pessoas adoram falar mal do Congresso, mas o pior ator nisso tudo foi o

Executivo. Quando viram que sairia um texto inconstitucional na Câmara, era hora de ter resgatado a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que impede a inclusão dos jabutis. Não apenas não fizeram isso, como o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, elogiou o relatório, que invade a competência dele e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para decidir leilões, planejar a expansão do sistema e definir as fontes. Chama a atenção que aceite essa invasão. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) também elogiou a proposta, não fez análise de impacto regulatório dos jabutis e cometeu o mesmo erro que já havia feito na Medida Provisória 579/2012, do governo Dilma Rousseff.

### **Broadcast: Dá para comparar a MP da Eletrobras com a MP 579?**

**Landau:** A MP da Eletrobras é um retrocesso do mesmo nível da MP 579. Acaba com a concorrência e a alocação eficiente de custos. Definir local, quantidade e combustível de termelétricas é uma intervenção completa no setor elétrico. Isso é natural num governo petista, mas num governo que se diz liberal, é espantoso. Chama a atenção o silêncio do ministro da Economia, Paulo Guedes. Caíram na mesma esparrela de discutir impacto tarifário, a exemplo da MP 579. E acho que estão subestimando o desestímulo que essa proposta traz para os investimentos futuros no setor. Todo o setor, a academia, os liberais, a esquerda, os funcionários, os consultores estavam contra. Só estavam a favor o governo, os lobistas interessados em reserva de mercado e gasodutos, e Paulo Guedes, que quer receber uma estrelinha por ter privatizado uma estatal, jogando todo o prejuízo para a sociedade. Rasgaram o modelo de leilões criados pelo governo Lula, uma lei que foi debatida por anos. Foi um desmonte completo do setor elétrico, tudo feito de forma açodada.

### **Broadcast: O que a votação da MP da Eletrobras expõe sobre as relações entre governo e Congresso?**

**Landau:** Não consigo entender o apoio do governo a esse texto. A influência do senador Rodrigo Pacheco para legislar até sobre racionamento mostra que o governo perdeu completamente o controle do setor elétrico. E vai perder também o controle das reformas administrativa e tributária. Estão numa correria para dizer que fizeram algo, não importa o quê. E todo mundo que é a favor das reformas bem feitas está muito preocupado e prefere que não seja feito nada, até porque elas serão feitas por meio de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e projeto de lei. Depois, quando você muda a regra, precisa de lei e PEC de novo para desfazer, diferente de resoluções e portarias, que são mais fáceis de alterar. Eu avisei: pau que nasce torto, morre torto. Era de se esperar que isso aconteceria.

(1) Entrevista publicada no Broadcast Energia. Disponível em:  
<https://energia.aebroadcast.com.br/tabs/news/747/38026436>. Acesso em 17 de junho de 2021.